

ANTONIO ROBERTO DOS ANJOS PADILHA – CAP QOPM

O PERFIL DO POLICIAL-MILITAR PARA A PATRULHA ESCOLAR

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Administração Policial.

Orientador: Maj QOPM Roberson Luiz Bondaruk

CURITIBA
2003

“Agradeço a Deus, por ter-me dado saúde e força suficientes para superar mais esta etapa da minha vida.

Ao saudoso e amigo Cel PM RR Darci Dalmas, um dos precursores do PROERD na Polícia Militar do Paraná, pelo exemplo, pelo compromisso dedicado à causa da Segurança Pública, pela dedicação e pela paciência na transmissão de conhecimentos, antes de tudo, um exemplo a ser seguido.

Aos professores e instrutores do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais/Especialização em Administração Policial, pelos conhecimentos transmitidos.

Aos nossos colegas de curso, pelos momentos inesquecíveis, pela amizade e companheirismo dedicados.

Aos integrantes do Programa de Resistência às Drogas e à Violência, pelos préstimos prestados com informações valiosas e rica bibliografia.

Agradecimento especial à professora e orientadora Maria Elisabete de Oliveira, pela abnegação e paciência extremada no acompanhamento e revisão deste trabalho”.

"Dedico este trabalho à minha esposa Saradiane, pelo amor, paciência e pelo incentivo prestado, mesmo na ausência do lar, durante o período de curso".

*“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um
novo começo;
qualquer um pode começar agora e fazer um novo
fim”*

(CHICO XAVIER)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPM	Batalhão de Polícia Militar
Cia PM	Companhia de Polícia Militar
COMEN	Conselho Municipal de Entorpecentes
CONEN	Conselho Estadual de Entorpecentes
CONFEN	Conselho Federal de Entorpecentes
CPC	Comando do Policiamento da Capital
Ed.	Edição
FUNDEPAR	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná
h/a	Horas/aula
Nov	Novembro
NRE	Núcleo Regional de Educação
OPM	Organização Policial Militar
p.	Página
PM/3	3ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMPR	Polícia Militar do Paraná
PMs	Policiais-Militares
PROERD	Programa de Resistência às Drogas e à Violência
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RONE	Ronda Ostensiva de Natureza Especial
RPMon	Regimento de Polícia Montada
UFPr	Universidade Federal do Paraná
UOpA	Unidade Operacional de Área

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
DEDICATÓRIA	iv
EPÍGRAFE	v
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	vi
SUMÁRIO	vii
RESUMO	viii
1 INTRODUÇÃO	1
2 METODOLOGIA.....	5
3 DESENVOLVIMENTO.....	7
3.1 ATIVIDADES DA PATRULHA ESCOLAR.....	7
3.2 CRITÉRIOS BÁSICOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO PARA OS INTEGRANTES DAS EQUIPES DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA PATRULHA ESCOLAR	17
3.3 EMBASAMENTO LEGAL PARA A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PATRULHA ESCOLAR.....	18
3.4 CAUSAS DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS.....	19
3.4.1 Prevenir a Violência nas Escolas e Fora Delas	20
3.4.2 A Parte que Cabe à Escola	21
3.5 NÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO NORMATIVA DO GOVERNO PARA O USO DE DROGAS.....	23
3.6 FATORES DE RISCO DO USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA, CONFORME POSIÇÃO DOS ESPECIALISTAS.....	24
3.6.1 A Experimentação e a Manutenção do Uso de Drogas pelos Adolescentes	25
3.6.2 Motivos dos Adolescentes para o Uso de Drogas	26

3.7	PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA RELATIVAS À PATRULHA ESCOLAR	31
3.8	PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA RELATIVAS À PATRULHA ESCOLAR	32
3.9	PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA A RESPEITO DA PATRULHA ESCOLAR	36
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
6	ANEXO – ANTEPROJETO	45

RESUMO

PADILHA, Antônio Roberto dos Anjos, Cap QOPM. **O Perfil do Policial-Militar para a Patrulha Escolar**. Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná; Curitiba: 2003, 46 pp. O presente estudo tem a finalidade de determinar o perfil do policial militar para a patrulha escolar, haja vista o policiamento existente nas escolas não estar atingindo todo o potencial que se espera. Para chegarmos a uma conclusão, primeiramente descrevemos como se deu a criação do Projeto de Patrulha Escolar, bem como foram descritas as atividades desenvolvidas, seu “modus operandi” e as características da Patrulha Escolar. Foi então feita uma explanação a respeito do Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas, haja vista sua importância por complementar as atividades de segurança às escolas. Em 2001, a PMPR iniciou o trabalho de implantação da Filosofia e Estratégia de Polícia Comunitária em Curitiba, com objetivos específicos. Já a essência das atividades do Programa Patrulha Escolar III vincula-se basicamente à atuação dos Policiais-Militares integrantes do Programa com o público alvo. A principal função do Projeto Patrulha Escolar III é a prevenção, ficando em segundo plano a repressão a crimes e atos infracionais. A prevenção dar-se-á através da Polícia Comunitária que, pela aproximação na escola, ampliará a segurança, proporcionando esclarecimentos de dúvidas a respeito do trabalho policial e assessoramento à escola quanto à segurança, e ainda a interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais. Foram então citadas as cinco etapas do Projeto, sua execução e implementação. Na seqüência do trabalho, foram abordados os critérios básicos de seleção e treinamento para os integrantes das equipes de execução das atividades da Patrulha Escolar, seguido do embasamento legal para a criação e manutenção da Patrulha Escolar. Visto tudo isto, foram então abordados os três níveis de operacionalização normativa do governo para o uso de drogas, bem como os fatores de risco do uso de drogas na adolescência, conforme posição de especialistas. Este último assunto foi abordado com enfoque na experimentação e a manutenção do uso de drogas pelos adolescentes, e os motivos que os levam ao consumo de drogas. Para dar mais consistência ao trabalho, foram realizadas entrevistas com 08 (oito) Diretores de Escolas do município de Cascavel, focando principalmente a conduta do policial-militar que atua no patrulhamento escolar. Foram enviados também questionários para 82 (oitenta e dois) professores de escolas públicas do município de Cascavel, e ainda 400 questionários para alunos de escolas públicas, de idade variando entre 14 e 20 anos, sendo da 8ª série do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio. Com base em todo o material exposto, foram estabelecidas as considerações finais, destacando qual o perfil ideal para os policiais-militares empregados no Patrulhamento Escolar, bem como mecanismos que possibilitem a capacitação dos policiais. **Palavras-chave:** Patrulha Escolar, violência, drogas, perfil, PROERD.

1 INTRODUÇÃO

O problema da insegurança da sociedade não é somente com relação às drogas; assaltos, depredações, seqüestros, estupros, incêndios provocados, atropelamentos, são também motivos de apreensões de professores, pais e de alunos.

“A violência entrou nas escolas. Boa parte dos alunos e professores se sente insegura, sofre ameaças, agressões e, em alguns casos, chega a faltar aulas por medo. Esse é o diagnóstico feito por uma pesquisa conduzida pela Unesco no Brasil sobre a falta de segurança no ambiente escolar. Mas há soluções, apontadas pela própria Unesco, que têm a capacidade de minimizar o impacto da violência na educação. E o melhor: partem da própria escola, como mostram alguns exemplos encontrados em Curitiba.

A pesquisa da Unesco ouviu 30 mil jovens e 2,5 mil professores, de escolas públicas e particulares, em 14 estados, e é um painel amplo sobre como a violência é “sentida” nas instituições de ensino. Pouco mais de 60% dos estudantes entrevistados disseram considerar o ambiente escolar inseguro e quase um terço deles afirmaram que foram vítimas ou conhecem alguém que sofreu alguma ameaça dentro da escola. O mais grave, porém, é que um quinto dos alunos e professores foram testemunhas ou alvo de agressões nas dependências escolares. Para completar o quadro, os educadores enfrentam a concorrência das drogas, sendo que a mais comum é o álcool.

“A escola é o lugar onde as crianças e os jovens permanecem mais tempo. Deveria ser um dos locais mais protegidos na sociedade”, diz a pesquisadora Miriam Abromaway, que participou do estudo e esteve presente ontem em um seminário promovido pela Unesco e pelo Colégio Dom Bosco, em Curitiba. Segundo ela, é comum que a instituição de ensino seja palco do que ela chama de microviolência, como brigas e ameaças. “Mas o mais grave são as incivildades, que se banalizaram.”

O fenômeno da violência escolar é mais crítico em escolas públicas de subúrbios. “Isso reflete as desigualdades sociais que existem na sociedade”, explica. Além disso, o diagnóstico do problema não se concentra apenas nas

questões “penais”, como agressões, porte de armas, roubos e assaltos. “Existe uma violência que eu chamo de simbólica e que contribui para que o clima na sala de aula seja ruim”, diz. Nesse campo, são incluídas desde as frustrações dos alunos com a reprovação e a falta de perspectivas, até o comportamento agressivo nas relações com os professores.

Em outro estudo coordenado pela Unesco, pesquisadores analisaram escolas que conseguiram melhorar a relação com os alunos e com a comunidade e se tornaram focos de combate à violência. Foram encontrados nove pontos comuns às experiências das 14 instituições avaliadas. “Melhorou o clima nas escolas, a gestão passou a ser participativa, com um melhor uso do espaço físico”, diz a pesquisadora Maria Fernanda Nunes.

Na prática, os projetos escolares criaram canais de diálogo com os alunos e permitiram que eles assumissem responsabilidades. Em alguns locais, a quadra esportiva foi aberta para o uso da comunidade, tornando-se um local de lazer antes inexistente na região. Outras iniciativas envolvem atividades culturais, como teatro e música. Numa escola do Rio de Janeiro, por exemplo, o grêmio estudantil ganhou quatro computadores, e agora os alunos são responsáveis pelas regras de uso e pela conservação do equipamento.

“O importante é que não são ações pontuais, mas sim integradas com outros projetos e têm a participação da comunidade”, afirma Maria Fernanda. A Unesco também mantém o programa “Abrir Espaços”, que ajuda as escolas a manterem a estrutura aberta para a comunidade nos finais de semana. Numa instituição do Rio de Janeiro, a ação fez com que a sensação de insegurança caísse 30%.” (ORGIS, 2003 p.5)

Hoje os Policiais-Militares que trabalham com a Patrulha Escolar não possuem nenhum tipo de treinamento ou instrução específica que os ajustem a esta finalidade.

A Patrulha Escolar foi criada em todo Estado do Paraná sob a Diretriz de Nº 004/2003 da 3ª Seção do Estado-Maior da PMPR, e tem por finalidade estabelecer orientações e determinações visando padronizar procedimentos atinentes ao patrulhamento escolar.

A principal função da Patrulha Escolar é a prevenção, ficando em segundo plano a repressão a crimes e atos infracionais. A Patrulha Escolar tem o dever de atender as solicitações dos senhores diretores de entidades de ensino, exercendo o patrulhamento no âmbito das respectivas escolas encetando as diligências necessárias no sentido de coibir a prática de atos ilícitos.

Merece destaque o fato de que o desenvolvimento da Patrulha Escolar é uma grande contribuição para o principal objetivo da Polícia Militar, qual seja, a redução da criminalidade. O Programa integra, ainda, o rol de mudanças estratégicas que estão sendo propostas pelo Comando-Geral da Corporação, no sentido de aplicar em todas as atividades da Polícia Militar uma maior interatividade com a sociedade em geral, a partir de implantação de projetos sustentados pela filosofia de **Polícia Comunitária**, que também permeia o Programa Patrulha Escolar.

Tendo em vista o fato de a Patrulha Escolar trabalhar diretamente com adolescentes, faz-se necessário apresentar medidas que visem adequar um perfil a estes policiais para que possam relacionar-se com toda a Comunidade Escolar, através do diálogo com professores, pais de alunos e alunos.

Com base nesta necessidade, citamos um programa já existente na PMPR denominado PROERD (Programa de Resistência às Drogas e a Violência), onde o instrutor, é um policial-militar voluntário, selecionado diante de sua conduta profissional, ética e moral. Deve possuir auto-estima elevada, dinamismo e afetividade no trabalho com as crianças e a coletividade em geral.

O policial da Patrulha Escolar deve ter uma visão humanista, que é uma das formas de se aperfeiçoar a sociedade, materializando aos jovens e às crianças em situações de risco que o policial-militar que ali se encontra tem um perfil adequado para atendê-los ou mesmo quando em face da particular condição de público alvo esse policial exerça com a cautela e parcimônia possível e necessária, a fim de evitar-se procedimentos que possam causar situações vexatórias ou de constrangimento injustificado.

O presente estudo teve por objetivo analisar qual seria esse perfil do Policial-Militar para prestar serviço na Patrulha Escolar. Não obstante, enfocaremos a necessidade de um treinamento específico desses policiais-militares que deverão atender os anseios da sociedade e da comunidade escolar. Pretende-se gerar

resposta sobre a necessidade, a possibilidade, o acreditamento liminar e a adequação filosófica e pedagógica, dos Policiais Militares da Patrulha Escolar em parceria e em rotina permanente entre ESCOLA + POLÍCIA (PMPR) + FAMÍLIA.

2 METODOLOGIA

Foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, onde foram estudadas as percepções dos Diretores de Escolas, Professores e alunos, da oitava série e primeiro ano do ensino médio, sobre o policiamento de Patrulha Escolar.

Os Diretores foram questionados sobre:

- Como vê o serviço prestado pela Patrulha Escolar?
- Quais os requisitos que considera necessários para o Policial-Militar que atua junto à Comunidade Escolar?
- Acha que os policiais-militares que trabalham na Patrulha Escolar têm desenvoltura e preparo para lidar com a Comunidade Escolar?
- Considera importante o policial-militar identificar a rotina dos alunos da escola, dentro e fora dela?
- Acredita que o policial-militar deveria conhecer a rotina da escola e os princípios gerais dela?
- É rotineira a preocupação dos policiais-militares em verificar com os professores, inspetores e zeladores como anda o comportamento dos alunos durante o período de aulas, bem como, verificando se haverá turmas que serão dispensadas mais cedo, etc?

Os Professores foram questionados sobre:

- O papel do policial-militar na redução da violência e do consumo/venda de drogas dentro e próximo às escolas;
- O envolvimento de alunos no consumo de entorpecentes;
- Alunos vítimas de violência nas escolas;
- Existência da Patrulha Escolar;
- Conduta dos policiais-militares;
- Perfil dos policiais-militares.

Os alunos foram questionados sobre:

- O papel do policial-militar na redução da violência e do consumo/venda de drogas dentro e próximo às escolas;
- O envolvimento de colegas no consumo de entorpecentes;
- Colegas vítimas de violência nas escolas;
- Se os policiais-militares da Patrulha Escolar procuram manter contato com a comunidade escolar.
- Se em situação de emergência, o Policial-Militar é a primeira pessoa a ser procurado

Tais dados foram organizados e, na seqüência, foi realizada análise sobre sua representatividade, segundo a argumentação hipotética-dedutiva.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 ATIVIDADES DA PATRULHA ESCOLAR DA POLÍCIA MILITAR

Atividade de radiopatrulhamento ostensivo desenvolvida especificamente para a segurança de estabelecimentos escolares, públicos e privados, com a finalidade de proporcionar mais conforto e tranquilidade aos funcionários, professores e alunos prevenindo e reprimindo conduta ilegais relacionadas ao público jovem e que mais freqüentemente acontecem em torno destes locais.

No ano de 1994, a Polícia Militar do Paraná, sensível ao problema da educação e, consciente da sua responsabilidade para com a comunidade Curitiba, através do Projeto Galha Azul buscou minimizar o problema da violência nas escolas, implementando para tanto, uma ação direcionada especificamente para a segurança das escolas da rede estadual e municipal de ensino.

A ação de polícia Ostensiva preconizada, denominava-se "Patrulha Escolar", era constituída por duplas de Policiais-Militares Femininas, que atendiam bem ao perfil esperado de um policial para atuar neste segmento. Elas desenvolviam as suas atividades através de patrulhamento motorizado e de permanência em locais de maior potencial de risco, complementando com visitas programadas aos estabelecimentos de ensino da Capital, com a finalidade de ampliar a sensação de segurança e proteção às crianças e adolescentes que freqüentam nossas escolas.

A Patrulha Escolar realiza atividades comunitárias, como palestra, diálogos com a comunidade escolar, trabalhos de repressão e prevenção ao uso de álcool, substâncias entorpecentes, sexo, entre outras.

Desenvolve, ainda, atividades de repressão à depredação e danos aos estabelecimentos escolares, mais freqüentes no encerramento de ano letivo, onde a euforia toma conta dos jovens.

Concentra a sua atividade na segurança dos alunos, principal alvo de marginais e traficantes, nas imediações de estabelecimentos de ensino, protegendo-os em sua locomoção, bem como dando especial atenção à proteção de sua integridade física e mental. Visa também prevenir, evitar e impedir influências, sem

prejudicar o desenvolvimento do jovem, passíveis de provocar alterações negativas de conduta no seio da comunidade em geral.

É empregada no cumprimento a cartões-programa previamente estabelecidos, com prioridade de horários de acordo com o costume das escolas em geral, realizando permanência e radiopatrulhamento, complementando com visitas e inspeções no interior do estabelecimento de ensino, de forma a abranger os horários de entradas, intervalos e saídas de alunos.

A partir de 1997, foi necessário incrementar a Patrulha Escolar, objetivando proporcionar a segurança para as escolas Públicas Estaduais, localizadas nos municípios de Curitiba, Colombo, Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré e Quatro Barras, em ações integradas, no sentido de prevenir e evitar ações delituosas, bem como, atuar na rede das Escolas Municipais e Particulares, ficando subordinada aos Comandantes dos Batalhões de Área, sendo divididas e aplicadas nas áreas do 12º BPM, 13º BPM e RPMon em Curitiba e, ficando o serviço de patrulhamento nas Escolas dos Municípios da Região Metropolitana, a cargo do policiamento do 17º BPM.

O Coronel Carlos Alberto de Camargo, Ex-Comandante-Geral da PMESP, em 2000 através de artigo sobre A Educação Como Vetor para Aperfeiçoar a Sociedade, assim se expressou:

A escola não pode ser um local onde apenas se descarregue carga horária, alienada em relação à comunidade que a cerca. Além disso, não é razoável que equipamentos como quadras, pátios, auditórios, etc., fiquem inativos por tanto tempo.

Ela deve, ao contrário, tornar-se um centro de referência na vida dos jovens, local de frequência para a prática de esportes, de lazer, de cultura extracurricular, etc., de tal forma que eles possam usá-la como ponto de encontro para atividades saudáveis.

Deve representar para a criança e para o adolescente não só o “ter o que e onde fazer”, mas também o “ter coisas boas e agradáveis para fazer”, desenvolvendo crenças e valores sadios, através de práticas desportivas, teatro, cursos de línguas, de informática, etc.

Não há , dentro de uma visão humanista, outra forma de aperfeiçoar a sociedade, senão através do desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

Também nesse aspecto, as escolas, pelos seus equipamentos e pela sua localização geográfica, têm um potencial muito grande a ser explorado.

Assim, as pessoas da comunidade devem ser incentivadas a usar as suas instalações para participar de atividades como cursos, lazer, etc.

Da mesma forma, os pais devem ser incentivados a freqüentar as escolas de seus filhos, participando ou mesmo gerenciando atividades extracurriculares.

Dessa maneira, nós teríamos uma escola realmente com vida, integrada à sociedade. Seria útil aos adultos que se treinariam na participação comunitária, manifestação essencial da cidadania. Seria útil aos pais e aos professores, cujas capacidades se completariam e se potencializariam. Seria útil a todos, enfim, pois estaríamos fazendo prevalecer a visão comunitária sobre o individualismo egoísta.

No mesmo ano de 2000, a PMPR, através de sua Diretriz Básica de Planejamento e Emprego, nº 004/2000, determina:

Policimento Escolar - Na medida do possível, deve ser escalado policiamento ostensivo nas escolas e colégios, onde os problemas de segurança pública têm-se avolumado, com incidência crescente de reclamações e ocorrências diversas, fonte geradora de insegurança e apreensão para os pais, alunos e professores.

Atenção especial deve ser dada ao tráfico e uso ilícito de drogas nas proximidades das escolas.

Deverão ser estabelecidas normas no sentido de incentivar o relacionamento entre educandários e Unidades de Área (Filosofia da Polícia Comunitária), proporcionando maior conscientização dos alunos através de projetos, palestras ou debates coordenados pela Polícia Militar, para o fornecimento de informações que possibilitem à detecção e extinção dos fatores que causam risco à segurança do corpo docente e discente.

Outros Aspectos: A Polícia Militar, como organização aberta aos problemas sociais, incentivará e apoiará as atividades culturais, desportivas de lazer para a comunidade; Os programas comunitários de amparo e proteção à criança e ao

adolescente, criação de guardas mirins, Policiamento escolar entre outros; Campanhas educativas do tipo anti-drogas, trânsito, meio ambiente, retorno às aulas, férias em paz, entre outras.

Quase ao final de 2000, a PMPR através da Diretriz 006/2000 iniciou a atuação do PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, que se constitui numa forma de atuação da Polícia Militar voltada para a prevenção contra o uso indevido de drogas, às ações de vandalismo, à formação de gangues entre jovens e à violência em geral.

A presença de Policiais-Militares nas escolas para a aplicação do programa procura na sua gênese diminuir os inúmeros problemas afetos à Segurança Pública interagindo na sociedade com os cidadãos, fortalecendo o trinômio: a POLÍCIA, a ESCOLA e a COMUNIDADE.

Os objetivos principais do PROERD, são noções de cidadania, prevenção ao abuso de drogas, entre escolares, bem como o auxílio a desenvolverem técnicas eficazes de resistência à oferta de drogas e à violência. O currículo principal é o da 4ª série do Ensino Fundamental que objetiva preparar as crianças para resistirem à algumas das mais variadas formas de oferta de drogas e de atitudes que geram a violência nesta faixa etária, correspondente à pré-adolescência. O programa é estruturado em 17 lições, sendo aplicada uma aula por semana, ao longo do semestre letivo em sala de aula, com a presença do professor. As lições são centradas visando desenvolver os seguintes objetivos:

- adquirir as habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros quando do oferecimento de álcool, cigarros ou drogas;
- desenvolver a auto-estima;
- aprender as técnicas de como ser seguro;
- aprender alternativas positivas para o não-uso de drogas;
- aprender a lidar com o estresse e resolver conflitos;
- aprender a tomar decisões por si próprio;
- redução da violência;
- consequência dos atos de vandalismo e violência;

- construir habilidades de comunicação;
- resistir ao envolvimento com gangues;
- noções de cidadania;
- maneiras de se dizer não às drogas;
- a escolha de amigos e o sistema de apoio.

O PRQERD atinge tais objetivos, treinando exaustiva e cuidadosamente seus policiais-militares, para ensinarem dentro de um currículo estruturado e seqüencial ajudados em sua formação por psicólogos, pedagogos e policiais. É importante citar o impacto que o policial fardado exerce trabalhando em sala de aula como um modelo positivo aos estudantes, pois apesar de a mídia explorar os atos negativos praticados por uma minoria de policiais, o aluno nesta faixa etária tem, via de regra, uma grande admiração e respeito pelo cidadão fardado, pois dentro do imaginário infantil esta criança ainda se encontra entre fantasias de fadas e heróis. Através deste magnetismo, o policial apresenta-se em sala de aula, como o amigo e orientador, mostrando uma face ainda desconhecida da Polícia Militar, resgatando desta forma a imagem das instituições, das autoridades constituídas de modo geral. Este resgate de credibilidade faz com que a criança se sinta mais segura e amparada.

O processo de treinamento inicia-se com uma rigorosa seleção dos policiais, pois desta iniciativa dependerá o sucesso, ou não, do programa. Estes policiais deverão enquadrar-se em diferentes aspectos, os quais deverão levá-lo a ser um constante pesquisador e estudioso do assunto, devendo dedicar-se à prevenção em todo o seu turno de serviço. Não deverá, em hipótese alguma, realizar atividades de repressão juntamente com o programa de prevenção. Sua sensibilidade preventiva deve ser continuamente estimulada.

Abaixo são relacionados os quesitos recomendados para a seleção:

- ter no mínimo 2º grau completo;
- ter facilidade de expressão principalmente em público;
- não ser fumante, não ter o hábito de ingerir bebidas alcoólicas;
- estar no bom comportamento;

- não estar respondendo a processo criminal, ou administrativo, ou ter punição disciplinar que o incompatibilize com a atividade;
- ter no mínimo 2 anos de atividade no policiamento ostensivo.

Os candidatos que se enquadrarem nestes quesitos, deverão ser selecionados, mediante a formação de uma banca com profissionais do programa, que deverão entre outros testes adotados, realizar uma entrevista pessoal, uma dinâmica de grupo e o preenchimento de questionário com diversas questões referentes às suas atividades diárias.

Em 2001, a PMPR iniciou o trabalho de implantação da Filosofia e Estratégia de Polícia Comunitária em Curitiba que está atuando em projeto piloto com os seguintes objetivos:

- Reduzir o crime e o medo do crime;
- Reduzir a desordem percebida;
- Melhorar a condição geral de vida no bairro;
- Criar condições de aceitabilidade para o sistema, facilitando e agilizando sua expansão para outras áreas;
- Fortalecer a auto-estima do policial;
- Fortalecimento do respeito à imagem da polícia e do Estado;
- Resgate do sentimento de cidadania;
- Redução do estresse da vida em sociedade;
- Fortalecimento do civismo;
- Redução do estresse policial por ver os efeitos positivos do seu trabalho;
- Engajamento do policial com os objetivos da corporação;
- Progressiva Humanização do elemento policial.

A essência das atividades do Programa Patrulha Escolar III vincula-se basicamente à atuação dos Policiais Militares integrantes do Programa perante o público alvo.

As suas atividades passam pelo contato direto nas visitas diárias aos estabelecimentos de ensino, realizando a orientação, individual ou de grupos, aos alunos, quanto a sua segurança pessoal, reforçando a importância da disciplina e tendo conversas sobre assuntos de interesse do público-alvo, para que estes considerem os Policiais-Militares seus amigos.

A interação mais enfática dos objetivos do Programa Patrulha Escolar III ocorre durante as palestras que são ministradas pelos próprios Policiais-Militares, utilizando recursos audiovisuais, o que permite uma apresentação sistemática dos conteúdos a serem repassados ao corpo discente das escolas.

São esses Policiais-Militares que estão constantemente auscultando os anseios, necessidades, afinidades, enfim, todos os focos de interesse do público-alvo. Levando essas informações à Coordenação do Programa, permite o seu permanente aperfeiçoamento e atualização, sendo que os gostos na faixa etária do público-alvo apresentam mudanças muito rápidas, exigindo constante acompanhamento para que os alunos não percam a identidade com o programa.

Constituem objetivos do Programa Patrulha Escolar III:

- ampliar a segurança da escola;
- aproximar a Polícia Militar da escola;
- esclarecer dúvidas sobre o trabalho policial na escola;
- assessorar a escola quanto à segurança;
- orientar a direção da escola quanto à necessidade de mudanças na estrutura física do estabelecimento, visando a melhoria da segurança;
- influenciar a direção do estabelecimento de ensino, através das atividades da Patrulha Escolar III, no sentido de propiciar valores, referências e modelos positivos para o corpo discente; e
- orientar os atores do cenário escolar quanto a procedimentos de segurança pessoal no ambiente externo à escola.

A PRINCIPAL FUNÇÃO do Projeto Patrulha Escolar III é a PREVENÇÃO, ficando em segundo plano a repressão a crimes e atos infracionais. A prevenção dar-se-á através da POLÍCIA COMUNITÁRIA que, pela aproximação na escola,

ampliará a segurança, proporcionando esclarecimentos de dúvidas sobre o trabalho policial e assessoramento à escola quanto à segurança, e ainda a interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais.

O Projeto está dividido em cinco etapas:

Etapa I:

Avaliação das instalações do estabelecimento quanto à segurança que estas proporcionam ou não, com sugestões de aprimoramento e adaptações.

Emissão de laudo de segurança para PMPR e EDUCAÇÃO, que deverá instruir os pedidos de verbas para reparos e adaptações junto a FUNDEPAR.

Etapa II:

COLETA DE INFORMAÇÕES PARA FORMAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E ESTABELECIMENTO DE METAS A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.

Esta coleta dar-se-á através de dinâmica aplicada pela PMPR/ESCOLA/NRE junto à comunidade escolar, visando identificar os problemas comuns, buscar soluções, refletir sobre papéis de cada segmento, obter compromissos em cada segmento.

Etapa III:

Caberá à Administração e comunidade escolar, após análise das informações coletadas a **CONCRETIZAÇÃO DAS IDÉIAS, a TOMADA DE PROVIDÊNCIAS, AS MUDANÇAS DE PROCEDIMENTOS.**

Etapa IV: Palestras

As palestras fornecerão informações à comunidade escolar visando a conscientização e conhecimentos que lhes possibilitem as mudanças de procedimentos, de acordo com o apurado na etapa anterior. Estão previstas palestras para todos os segmentos da comunidade escolar.

PARA OS PAIS: Serão inicialmente proferidas palestras sobre **SEGURANÇA** e sobre o **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

PARA OS ALUNOS: Serão proferidas palestras sobre segurança e sobre a paz e a auto-estima;

PARA OS PROFESSORES: Serão proferidas palestras sobre segurança e disciplina;

PARA OS FUNCIONÁRIOS: Serão proferidas palestras sobre segurança e treinamento para situações de risco e conflitos.

Etapa V – Plano de Segurança

Nesta fase, será elaborado o Plano de Segurança, por comissão de representantes de cada segmento da comunidade escolar, NRE e PMPR, onde estará registrada toda a evolução havida no grupo, bem como, quais as regras a serem seguidas pelo grupo, a partir de então, visando o aumento da segurança.

EXECUÇÃO

a. Conceituação

A Patrulha Escolar atuará precipuamente na prevenção, através de ações proativas, atuando supletivamente na repressão a crimes e atos infracionais.

A prevenção dar-se-á através da filosofia de Polícia Comunitária, podendo integrar o Policiamento Comunitário, caso o bairro esteja inserido entre os contemplados com essa modalidade de Policiamento.

Através da Patrulha Escolar, pela aproximação na escola, se ampliará a segurança, proporcionando esclarecimento de dúvidas sobre o trabalho policial e assessoramento à escola quanto à segurança, e ainda a interação com a comunidade escolar e com as autoridades locais.

b. Implementação

Cada UopA da PMPR deverá manter por Cia PM o mínimo de uma Patrulha Escolar por turno, sendo ideal uma para cada oito escolas estaduais, estabelecendo-se a PM/3, em conjunto com a Coordenação da Implantação de Polícia Comunitária, a responsável pela Doutrina de atuação em Policiamento.

O Comando do Policiamento da Capital deverá designar uma Coordenação da Patrulha Escolar para Curitiba e Região Metropolitana, a qual, fará o treinamento e reciclagem do pessoal, operacionalizando a presente diretriz para a RMC.

Caberá também a essa coordenação a reciclagem de policiais do serviço administrativo que serão relocados para a atividade da Patrulha Escolar.

O Núcleo Regional de Ensino de Curitiba fornecerá apoio à operacionalização dessa coordenação, ficando o Oficial designado para a função também com a incumbência de manter a ligação com o Núcleo, que indicará um contato por parte do Núcleo de Educação.

A fim de atingir essas metas, o atual efetivo das patrulhas escolares deverá ser treinado e mantido reciclado e atualizado, podendo tal treinamento ser feito pelos integrantes da Polícia Comunitária.

De acordo com o efetivo da OPM, os turnos poderão ser das 0700h às 1500h e das 1500h às 2300h, ou três turnos a partir das 0630h até as 2330h, podendo as viaturas serem compostas com 1 ou 2 PMs, preferencialmente policiais femininas, dependendo da área onde estiver localizada a escola.

A atuação da Patrulha Escolar é inicialmente preventiva. As ocorrências serão atendidas pela viatura mais próxima, de acordo com a gravidade da ocorrência.

O CPC e os Comandantes de OPM deverão dar prioridade ao trabalho da Patrulha Escolar, não desviando a mesma de sua finalidade.

A viatura deverá cumprir cartão-programa, de modo a visitar todas as escolas em seu turno (inclusive municipais e particulares), priorizando as escolas estaduais, e os horários de entrada e saída das escolas mais problemáticas;

Através de ações integradas com outros órgãos interessados, dever-se-á fiscalizar o comércio nas proximidades de escolas estaduais, quanto a jogos, venda de cigarros, bebidas alcoólicas e outras de caráter prejudicial ao sadio desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens;

Através do Trânsito, serão feitas operações visando reprimir abusos e infrações nas proximidades de escolas, sob coordenação do CPC ou dos Comandantes das OPMs.

Através dos Pelotões RONE, serão feitos arrastões e operações PM visando retirar marginais e desocupados das proximidades das escolas, sob coordenação do CPC/Uop.

A pedido dos Diretores de Escolas e com conhecimento do Ministério Público, poder-se-á efetuar revistas em escolares, quando houver fundada suspeita

de que alunos estejam portando armas, drogas ou petrechos proibidos, conforme parecer da Justiça:

Em suma, a "Patrulha Escolar" tem o direito/dever de atender às solicitações dos senhores diretores de entidades de ensino, exercendo o patrulhamento no âmbito das respectivas escolas, encetando as diligências necessárias no sentido de coibir a prática de atos ilícitos, inclusive, procedendo a revista pessoal, recomendando-se apenas que toda e qualquer atividade, em face da particular condição do público alvo, seres em formação, seja exercida com a cautela e parcimônia possível, evitando-se procedimentos que possam causar situações vexatórias ou de constrangimento injustificado. Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra, Juiz da Infância e Juventude de Curitiba, 1999.

3.2 CRITÉRIOS BÁSICOS DE SELEÇÃO E TREINAMENTO PARA OS INTEGRANTES DAS EQUIPES DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA PATRULHA ESCOLAR

- Inicialmente deve ser promovida uma seleção interna no seio da Corporação, a fim de identificar os Policiais-Militares que tenham interesse (voluntário) e habilidade para o desenvolvimento das atividades específicas de interação pessoal propostas pelo Programa;

- depois de selecionado o pessoal, deve ser promovida a devida instrução teórica, proporcionando aos Policiais-Militares a visão global do Programa e conhecimentos específicos em relação às atividades que eles irão desenvolver;

- na fase seguinte, os Policiais-Militares deverão acompanhar as atividades a serem desenvolvidas nas escolas, com um dos Coordenadores do Programa. É importante salientar que os Policiais-Militares possuem uma formação básica acadêmica fundamentada na lógica formal, sendo que o Programa Patrulha Escolar III está estruturado com base na lógica dialética. Por esta razão, os Policiais-Militares necessitam acompanhar, na prática, a forma de interação com o público alvo, para que tenham condições de passar pelas transformações comportamentais necessárias;

- a experiência tem demonstrado que o treinamento realizado na forma descrita acima, associado a um constante acompanhamento e orientação por parte da Coordenação do Programa, e ainda os estímulos recebidos pelos integrantes da Patrulha Escolar III, articulados entre a Coordenação do Programa e a Direção da Escola, propiciam um alto grau motivacional sobre os Policiais-Militares que atuam na ponta da linha do Programa;

- periodicamente, os integrantes das equipes da Patrulha Escolar III devem ser reunidos em atividades formais com a Coordenação do Programa, a fim de serem realizados as pertinentes avaliações e reconhecimentos de méritos por sucessos alcançados, assim como para serem reforçados os fundamentos e os valores que norteiam o Programa.

Dentre as diversas atividades a serem desencadeadas pelas equipes executantes do Programa Patrulha Escolar III, destacam-se:

- assessorar a direção da escola, constituindo-se em um setor de gestão das atividades de segurança;
- patrulhar a escola;
- pesquisar a realidade dos alunos;
- pesquisar o nível de satisfação da comunidade escolar em relação ao desenvolvimento do Programa;
- ministrar palestras;
- avaliar as instalações físicas; e
- assessorar a comunidade escolar na elaboração do plano de segurança.

Com base nestas informações, é notória a necessidade de ter-se um Policial Militar amplamente preparado para assumir esta função na Patrulha Escolar, pois desde o contato com diretores, professores, orientadores e alunos, ele necessita ter o discernimento de buscar na Comunidade Escolar as informações necessárias a fim de detectar e coibir os ilícitos praticados.

3.3 EMBASAMENTO LEGAL PARA A CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PATRULHA ESCOLAR.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, estabelece no seu artigo 227, que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência comunitária e familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

No mesmo artigo 227, em seu Parágrafo 3º, inciso VII, consta que:

“§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

.....
VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecente e drogas afins.”

No que concerne à segurança pública, e, em especial aos atos de repressão e prevenção contra as drogas, “in generis”, pode-se extrair, direcionando-se ao tema monográfico, os seguintes textos constitucionais vigentes:

“Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

.....
IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:

.....
II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

.....
IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

.....
§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;”

3.4 CAUSAS DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A interação Polícia Militar/Comunidade Escolar visa buscar soluções para o problema da violência que ora assola nossas escolas, sentimos a necessidade de conhecer profundamente os fatos que contribuem direta ou indiretamente para a atual situação de insegurança, como forma de corroborar e subsidiar nossa proposta e conseqüentemente, criar condições para que possamos apresentar medidas coerentes para a resolução da questão da violência nas escolas. Falemos então sobre fatos causadores da mencionada violência, principalmente quanto à substância entorpecente, as quais são bastante comercializadas nas escolas, pois estas são os melhores alvos dos traficantes, haja vista que o jovem é mais exposto à curiosidade, o que facilita a ação dos passadores de drogas.

3.4.1 Prevenir a Violência nas Escolas e Fora Delas

Ninguém pode aprender, se teme por sua segurança, sua integridade pessoal ou simplesmente por seus bens. Habitualmente, evocam-se nos meios de comunicação certas escolas em que a violência toma formas extremas, tanto de parte da instituição (castigos físicos, sadismo) quanto dos alunos (chantagens, agressões, extorsão, estupros). Essa violência "é manchete", fascina e amedronta. As escolas ainda poupadas perguntam-se por quanto tempo.

Talvez se tenha chegado a isso por não se ter percebido que a violência está em germe na relação pedagógica, quando for relação de forças, e na coexistência em um estabelecimento de ensino, quando não se reconhecem a todos os mesmos direitos ou não se assegura a eles o respeito. Quando alguns alunos temem no cotidiano que outros mais fortes lhes roubem o dinheiro do bolso, seus pertences ou sua jaqueta, a violência já está presente. Tal fato provoca revolta, porque os culpados freqüentemente ficam impunes. Não se presta suficiente atenção à segurança dos bens pessoais como indicador de laço social.

Certos regimes fundamentalistas lutam contra as diferenças sociais através de repressão feroz, por exemplo, cortando a mão dos ladrões sem qualquer forma de processo. As democracias, sem renunciar à repressão, respeitam procedimentos penais que exigem provas e oferecem direitos de defesa. A solução não é, evidentemente, voltar à lei de Talião ou a uma repressão digna das sociedades

totalitárias, e, por outro lado, extremamente violentas. Trata-se de restabelecer o que, juntamente com os outros, IMBERT (1994, 1998), MEIRIEU (1991, 1996 a e b) ou DEVELAY (1996) chamam de Lei, com maiúscula, ou seja, o interdito da violência, o único que permite a vida em sociedade. Seria, então, competência dos professores instaurarem a Lei, não como o xerife instaura a não-violência através da ameaça de uma violência legítima, mas pelo livre consentimento, o reconhecimento por cada um, do fato de que a vida seria intolerável se cada um fosse o inimigo de todos. Em suma, através de uma redescoberta do contrato social caro a Rousseau.

Na medida em que a violência escolar está parcialmente ligada à violência urbana, quase não há mais escolas de ensino médio, mesmo nas cidades pequenas, em que seja possível gabar-se de viver sem nenhuma violência. A escola de ensino fundamental parece melhor protegida, devido à idade das crianças, à dispersão dos estabelecimentos no território, ao seu tamanho e por ter um modo de vida menos fragmentado. Aqui e ali, percebem-se fissuras nos quarteirões difíceis, nos subúrbios, nas pequenas cidades em crise. Talvez o ensino fundamental devêsse não se sentir ao abrigo por toda a eternidade.

A escola fundamental deveria mostrar-se plenamente solidária com o ensino médio: são os alunos mais jovens do colegial que causam, nas zonas de alto risco, mais inquietudes. Eles saem da escola fundamental, onde a violência ficava contida, disfarçada. Ela é desencadeada logo que a estrutura escolar se torna mais anônima, quando os prédios são maiores, multiplica-se o número de professores, as salas são impessoais, sem qualquer decoração.

O ensino médio não deveria, com certeza, subestimar a ecologia da violência induzida pelo tratamento burocrático dos espaços de trabalho, das relações e das populações escolarizadas. Em contrapartida, a escola fundamental deveria avaliar que o nicho ecológico que ela constitui não oferece, como tal, uma educação para a cidadania, que ela mesmo pode favorecer a violência de crianças jogadas brutalmente em um mundo menos protegido. É preferível aprender a negociar em tempos de paz. Se há uma cidade a construir, isso deve ser feito antes da guerra civil.

3.4.2 A Parte que Cabe à Escola

Quando os pais trabalham, as crianças vão para a Escola cada vez mais cedo, com 2 anos de idade em média. Entretanto há escolhinhas que as recebem com idade ainda menor. Os pais fazem essa escolha por não poder deixar os filhos com babás, nem com avós.

Há trinta anos, os estudiosos do desenvolvimento infantil dividiram a socialização em três etapas:

- Socialização elementar: até os 2 anos, quando a criança aprendia a reconhecer e a educar as necessidades fisiológicas (vontade de fazer xixi, sede, fome).
- Socialização familiar: até 5 ou 6 anos, quando aprendia a conviver com o pai, mãe, irmão e demais membros da família.
- Socialização comunitária: a partir dos 6 anos, quando começava a vida escolar.

Atualmente, o contato social é muito precoce. Ainda sem completar a educação familiar, a criança já está na escola. O ambiente social invade o familiar não só pela escola mas também pela televisão, internet, etc.

Não se obedece mais à ordem: primeiro o indivíduo, depois a família com o comunitário. Se ela prejudica ou não as novas gerações, é cedo para avaliar. Mas percebo que as crianças têm dificuldade de estabelecer limites claros entre a família e a escola, principalmente quando os próprios pais delegam à escola a educação dos filhos.

Esses pais cobram da escola o mau comportamento em casa: **“O que vocês estão fazendo com meu filho que ele me responde mal?”** Ou: **“A escola não ensinou a respeitar seus pais?”** Até parece que quem educa é a escola e cabe ao pai e à mãe uma posição recreativa. Essa idéia não pode prevalecer.

A educação com vistas à formação do caráter, da auto-estima e da personalidade da criança ainda é, na maior parte, responsabilidade dos pais.

Para a escola, os alunos são apenas transeuntes psico-pedagógicos. Passam por um período pedagógico e, com certeza, um dia vão embora. Mas a família não se escolhe e não há como mudar de sangue. As escolas mudam, mas os pais são eternos.

3.5 NÍVEIS DE OPERACIONALIZAÇÃO NORMATIVA DO GOVERNO PARA O USO DE DROGAS

No caso específico das drogas, o governo possui três níveis de operacionalização normativa. Na esfera federal, a Secretaria Nacional Antidrogas, que atualmente substituiu o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN). Na esfera estadual, existe o Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), e, na esfera municipal, existe o Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN).

A escola tem se apresentado como um ponto sensível, um foco de toda violência e criminalidade que assola a sociedade, justamente porque são as crianças e os adolescentes as vítimas preferidas, uma vez que se mostram presas fáceis e indefesas.

O traficante, na realidade, não vai à escola, onde seria visivelmente destacado pela Polícia. Ele tem uma rede de passadores, rapazes geralmente com 15 a 18 anos de idade, alunos dos próprios estabelecimentos de ensino, encarregado de aliciar meninos e meninas para a experiência com drogas.

Dentro das escolas, geralmente, ocorre apenas o assédio, quando as vítimas escolhidas são abordadas posteriormente em outros locais, como festas, bares, ou nas ruas, após o término das aulas e longe dos demais colegas.

Na periferia, a droga mais comumente passada é a maconha, e nas escolas particulares, freqüentadas por alunos oriundos das classes de maior poder aquisitivo, é mais comum a cocaína – porém ricos ou pobres, ninguém escapa da ameaça das drogas.

As escolas já são o terceiro mercado de drogas, depois das boates e bares, elas estão tão associadas que os próprios traficantes confirmam esse alvo e ainda confessam a ação de alunos, funcionários e até professores ligados a quadrilhas.

O fenômeno ocorre em âmbito nacional e atinge sobretudo as escolas da periferia das grandes cidades, justamente onde se encontra a população mais carente.

O problema do abuso de drogas vem preocupando cada vez mais as famílias, os profissionais de saúde e educação, assim como toda a população, em decorrência do aumento de seu uso, principalmente pelos jovens em idade escolar.

3.6 FATORES DE RISCO DO USO DE DROGAS NA ADOLESCÊNCIA, CONFORME POSIÇÃO DOS ESPECIALISTAS

As pesquisas sobre uso de drogas na população geral ou em populações específicas representam apenas uma parte da realidade. Para se traçar um panorama mais abrangente e estimar as prevalências de uso, características dos usuários e extensão dos problemas causados pelo uso indevido, é necessária a complementação dos dados através destes diferentes tipos de estudo. Como salientaram GALDURÓZ (1997 p.3), o mundo das drogas é dinâmico e necessita de avaliações regulares e repetidas nos diferentes segmentos populacionais. As diferenças encontradas nestes estudos não são apenas quantitativas, mas representam realidades diferentes. Portanto, além dos levantamentos epidemiológicos, também são necessários estudos qualitativos para ajudar a estabelecer padrões de intervenções que melhor se ajustem às diferentes populações-alvo. Através da somatória de diversas informações obtidas pelos diferentes tipos de estudos, com diferentes amostras, é possível avaliar as tendências de evolução do problema, permitindo o redimensionamento das ações preventivas primárias, secundárias e terciárias nas diferentes populações-alvo.

Como o consumo de álcool e de drogas tem importante impacto na vida dos adolescentes e afeta o seu desempenho na futura vida adulta (KANDEL et al., 1986), o entendimento dos fatores de risco e das características de uso entre os jovens poderia ser útil nos esforços para prevenir a evolução do uso experimental, para a situação de dependência, cujas conseqüências são maiores, evitando pior evolução do prognóstico.

3.6.1 A Experimentação e a Manutenção do Uso de Drogas pelos Adolescentes

Os fatores que levam um adolescente a beber ou usar drogas são vários (KAMINER 1994a; KANDEL & YAMAGUCHI, 1993; DUPRE e COLL., 1995). Um estudo longitudinal prospectivo realizado com adolescentes de Munich, com tempo médio de seguimento de 19,7 meses, mostrou que, no início do estudo, 17.3% dos adolescentes relatavam ter usado maconha pelo menos uma vez (nesse momento eles tinham entre 14 e 17 anos). Ao final do estudo esse índice aumentou para 32.5% (incidência de 18.6%). Os autores também concluíram que a faixa de 14-18 anos é o período de risco para o desenvolvimento do abuso e dependência da maconha, com algumas indicações de que o risco dessa última aumenta ainda mais com a idade (RAMOS, 1997, p.89).

Algumas pesquisas tentaram analisar quais seriam os fatores de risco mais importantes, porém os resultados foram conflitantes. Cada caso é um caso, com influência maior de um ou outro fator de risco, geralmente envolvendo vários, sendo que os fatores envolvidos devem ser analisados em conjunto.

A curiosidade natural dos adolescentes é um dos fatores de maior influência na experimentação de álcool e drogas, ao lado de fatores externos, como opinião dos amigos e facilidade de obtenção das substâncias. A curiosidade do adolescente o impulsiona a experimentar novas sensações e prazeres. O adolescente vive o presente, busca realizações imediatas e os efeitos das drogas vão de encontro a esse perfil, proporcionando o prazer passivo e imediato. Atualmente, o fácil acesso, o baixo custo das drogas e a maior aceitação do uso de algumas substâncias, como a maconha, tornam quase inevitável o acesso dos adolescentes às mesmas.

Já na passagem da experimentação para o uso regular e na manutenção do uso, outros fatores mais relacionados com características internas do adolescente, tais como insegurança ou sintomas depressivos, estariam envolvidos (RAMOS, 1997, p.91). Estes fatores internos também se relacionam com o início do uso de drogas, uma vez que a insatisfação do adolescente em sua atividade ou sua própria insegurança poderia aumentar a curiosidade do jovem e a necessidade de buscar novas sensações, como a experimentação de drogas diferentes. Portanto, fatores externos e internos interagem, não sendo possível isolar a ação de cada um deles.

3.6.2 Percepção dos Adolescentes sobre o Uso de Drogas

Questiona-se bastante sobre os motivos que estão levando os jovens às drogas. Mostraremos os principais motivos que os jovens apresentam para justificar o uso indevido de drogas:

Os pais – quando descobrem que seus filhos estão usando algum tipo de droga, se perguntam: “**Afinal! Onde erramos?**” Ficam se culpando e se indagando onde erraram, pois acham que deram de tudo para que seu filho fosse um jovem saudável. Às vezes, estão preocupados em ganhar dinheiro e esquecem de interessar-se pelos assuntos que o filho tem para lhes dizer; tendo seu filho crescido e estes nem percebem. Outros são pais desajustados, alcoólatras e não estão nem um pouco preocupados com a educação de seus filhos;

Problemas Socioeconômicos – A vontade de ter, de possuir algo e os pais não poderem dar, ver o pai do amigo num carro novo, e o seu pai num carro velho, vontade de ir à festa e não ter dinheiro. É preciso que os pais saibam superar as dificuldades com argumentação conveniente, pois nem todos nascem em berço de ouro.

Influência dos meios de comunicação – Em nossos dias, existe uma influência enorme de órgãos formadores de opinião, e que nos induzem a fazer determinadas coisas, que, num passado bem próximo, chamava-se até de pecado. A Televisão invade nossas casas a qualquer hora do dia ou da noite, e joga para nossos filhos uma série de propaganda de drogas, como cigarros, bebidas, etc., sem contar as novelas que estimulam a prostituição, transformando a família brasileira.

Experiência nova – O jovem, pela sua própria natureza, gosta de novidades. Ele quer sentir o que os outros dizem sentir com o efeito da droga, a experiência adquirida. Daí a vontade de passar por uma viagem desconhecida. É bom mostrar que esta entrada só tem um sentido: o de ida, pois ela como a morte, não tem volta.

Participação do grupo – A influência do grupo é fator importante na vida do jovem. É tão importante que, às vezes, se o jovem não quiser fazer determinadas coisas que o grupo faz, ele será colocado de lado. É preciso que os pais procurem sintonizar seus filhos com pessoas de boa índole, de idéias positivas, com

pensamentos voltados para atividades saudáveis, como: prática de esportes, leituras saudáveis, manutenção de um credo religioso, etc.

Espírito de imitação – Nós, adultos, somos os espelhos dos jovens. Desde pequenos os meninos procuram imitar os pais no andar, nos sentimentos, no falar e no proceder. Não se esqueça de que jamais você poderá cobrar de seu filho que ele não fume ou não beba, se você chega em casa embriagado ou, se você fuma e bebe na presença deles. Os pais são e serão o maior exemplo na escola da vida.

Curiosidade – todo jovem, em formação, precisa conhecer o desconhecido. Ele quer ver, pegar, experimentar, porém; é bom esclarecer a ele que existem determinadas coisas que não precisam ser experimentadas, e aproveitar e dar alguns conhecimentos sobre o assunto das drogas, para que o jovem forme um conceito de autodefesa, quando lhe for oferecida alguma coisa.

Fuga dos problemas – Nós, jovens e adultos, não nos preocupamos com os problemas das crianças e dos adolescentes, pois imaginamos que os problemas deles não têm importância. Acontece que, às vezes, o que achamos sem valor para nós, para outras pessoas são relevantes e, quando estas não encontram apoio onde deveriam encontrar, naturalmente, irão procurar outro lugar, e, aí reside o perigo.

Ociosidade – Não deixar a criança e/ou o adolescente ocioso, dando condições para ele preencher o tempo vago com outras atividades, como a prática de um esporte orientado, um Curso, seja de informática, de línguas, etc. Tudo para que possamos ter um certo controle do que ele tem feito.

Falta de religiosidade – O homem precisa de uma justificativa em forma de equilíbrio para continuar a fazer parte ativa de seu mundo. A religião dá ao jovem equilíbrio emocional de que ele necessita. A religião, por si, justifica, às vezes, determinados tipos de comportamento. O temor a Deus e às coisas sagradas fazem com que as pessoas se respeitem mutuamente.

Desintegração Familiar - A família influencia decisivamente na formação da sociedade, portanto, a educação do lar, popularmente conhecida como “**educação de berço**” é a que prevalece decisivamente na formação do caráter do indivíduo.

De uma família estruturada em bases sólidas, onde o respeito e a educação se fazem presentes, os seus frutos serão equilibrados. Da mesma forma que uma família desestruturada, onde falta o respeito entre seus membros e bons exemplos

dos mais velhos, os seus descendentes tendem à degeneração social, à prostituição, ao vício e à violência.

Basta que sejamos observadores ou acompanhemos através dos meios de comunicação para sentirmos que nas últimas décadas, as famílias se desintegram mais facilmente. Dentre as muitas causas que contribuem para essa realidade vamos citar os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, que nós parece ser o de maior alcance, pois lenta e continuamente vai enfraquecendo os alicerces da estrutura familiar, através dos exemplos vividos nas novelas, das opiniões de apresentadores e de entrevistados.

A vida moderna obriga as mães também a se lançarem no mercado de trabalho, visando aumentar a renda familiar, devido os baixos salários e a diminuição constante do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro.

Há de se ressaltar, que com tal atitude, a educação familiar fica relegada a segundo plano, pois os pais não poderão acompanhar diuturnamente o cotidiano familiar, ficando esta tarefa normalmente com a empregada ou com os vizinhos, os quais na maioria das vezes não tiveram uma formação familiar adequada para si próprio, quem dera para repassá-la a essas crianças na sua fase de fundamentação de conhecimentos.

Poderíamos dizer que, com essa falta de acompanhamento involuntário, abre-se uma porta favorável ao vício e promiscuidade que indubitavelmente encaminhará a criança ou adolescente na fase escolar, à prática de atos de vandalismo, envolvimento com drogas e o submundo do crime, concorrendo desta maneira, para a insegurança nas escolas: fatos que quando identificados, já se encontram em fase crítica, com difícil recuperação.

Facilidade do Cidadão em se Armar - É muito fácil o acesso do cidadão a uma arma de fogo; além das numerosas casas especializadas a oferecer facilidades para pagamento, sobrevive paralelamente, uma extensa rede de comércio clandestino. Não é menos fácil a obtenção do respectivo porte legal, uma vez que as exigências não constituem obstáculos.

O porte ilegal de arma pelo cidadão, além de se constituir em ilícito previsto na Lei de Contravenções Penais, quando ilegal, como proteção pessoal é de eficiência duvidosa, pois o delinqüente tem sempre a seu favor o fator surpresa.

Acrescente-se o risco de retaliação do criminoso, sem contar o risco de acidentes pessoais.

A experiência tem demonstrado que as vítimas constituem importante fonte de armas para os bandidos. Como regra, só um profissional de segurança Pública deve apontar uma arma, e mesmo assim, deverá estar adestrado e psicologicamente preparado para isso.

Em decorrência desta facilidade de acesso a uma arma, ocorre constantemente assaltos, seqüestro, estupros e demais atos criminosos, principalmente contra crianças e adolescentes pertencentes à Comunidade Escolar, por se constituírem presas fáceis e indefesas à ação de criminosos. Conseqüentemente, esta facilidade também contribuirá para que o próprio estudante tenha acesso a uma arma, através de pais ou até mesmo através do comércio clandestino de armas, conduzindo-a consigo na própria escola, criando assim, um clima de insegurança para a direção como também para os próprios alunos.

Violência Econômica - A década de setenta foi um período de grandes transformações na sociedade brasileira, em função de significativos embates na área econômica e social. Vale assinalar, apenas, que a urbanização envolveu um contexto de contrastes marcantes.

Contexto esse em que o planejamento oficial, apresentou diretrizes urbanas explícitas, atendendo a uma ação deliberada do estado em promover a consolidação de uma economia capitalista, tendo na cidade o local preferencial. De fato, a política oficial orientou-se para promover concentração crescente de recursos de capital, produção, trabalho, consumo e poder em algumas áreas urbanas.

Os dois últimos anos da década de setenta, já prenunciaram a grave situação social e econômica que desembocou no decênio seguinte, ao envolver considerável contração do produto e do emprego industrial, que rebateu principalmente sobre a crescente deterioração do país. Situação essa que apresenta gravidade preocupante, mormente quando se leva em conta o porte alcançado por um número significativo de aglomerações urbanas e pelo segmento ativo de sua população.

Conseqüentemente, a pressão inflacionária que resultou em grande parte do aumento do custo relativo dos alimentos para o mercado interno, como

conseqüência da ênfase política na agricultura de exportação, somaram-se efeitos da inflação mundial, concorrendo para a recessão econômica, que se manifestou mais abertamente a partir de 1980.

Como vimos anteriormente, a política oficial orientou-se na aplicação de recursos nas áreas urbanas, contribuindo para a superpopulação das grandes cidades brasileiras, em detrimento das zonas rurais que se esvaziaram. Esses empregos gerados pelas empreiteiras na construção de indústrias e outras obras de grande porte são temporários, pois, geralmente após a conclusão de uma grande obra, não tem outra no mesmo tempo iniciando, capaz de absorver todos os funcionários, que, em decorrência vai gerar novos comportamentos sociais, geralmente revoltados com a situação de desemprego, sem conseguir o sustento de sua família, envolvem-se no submundo do crime, atingindo diretamente a sociedade e também nossas escolas que fazem parte da estrutura social, gerando, destarte, a violência e o clima de insegurança nas mesmas.

Em razão desses fatos e ainda de vários outros envolvidos com a problemática da violência nas escolas, é que temos a necessidade de otimizar o serviço de nossas Patrulhas Escolares, dando todo um aporte com estrutura e preparo dos Policiais-militares que prestam este tipo de serviço.

A Família contemporânea, diante do novo modelo que lhe impingiu o momento histórico vivido, vem sendo alvo de desestruturação em seu inter-relacionamento, viabilizando e potencializando a conduta marginal de seus descendentes, em especial pela incidência de "problemas" afetos à violência.

Torna-se óbvio, diante do problema acima referenciado, que a Polícia Militar do Paraná, as Escolas e as Famílias têm o dever e a responsabilidade legal de envidar esforços na busca de apresentar um mecanismo estratégico e adequável capaz de, pelo menos, minimizar os casos de incidência de drogas e violência nas Escolas acima referenciadas. Nesse desiderato, o comando da Polícia Militar do Paraná, a direção das Escolas e as Famílias albergadas na rede de ensino acima referida, têm, diante desse "problema", e, neste momento histórico vivido, que compartilhar conhecimentos e, juntos, com serenidade, coragem, sabedoria e sem demora, optar, apresentar e implantar uma estratégia preventiva, buscando evitar o mal.

O trabalho contra as drogas e a violência têm simetria, pois, em regra, constituem-se no maior “problema” que afeta as Escolas, lesando os alunos que se envolvem, ora como autores, ora como vítimas, e, por extensão, o corpo docente que se vê incapacitado de atender o “problema”, pois em que pese tenha conhecimentos científicos básicos de compreensão, pela lógica maior, “in tese”, julga que tais condutas são “caso de polícia” alheios ao contexto do processo ensino-aprendizagem.

As bruscas mudanças, em especial provocadas pela liberalidade incidente, seja fruto da lei que vigora, seja pelo contexto da modernidade onde, por exemplo, via “internet”, da própria casa, estabelece-se um inter-relacionamento pleno de liberdade, onde a censura é elemento execrável e inibidor do conceito que se vê estabelecido e acreditado no meio tecnológico da informática; vêm gerando grande óbice à família hodierna.

A educação básica protetiva, imposta pela lei, inicia na família, onde vigoram os institutos jurídicos do pátrio poder, da tutela e da curatela, conforme o caso. Quando a família não consegue ou negligencia a responsabilidade protetiva, limitadora e educativa, deixando de inibir condutas indesejadas ao social, surge o Estado “guardião”, que, através de seus instrumentos com competência legal, tem o dever jurídico de agir, fazendo as vezes da família que se mostrou ineficaz na operacionalização de seu instrumental legal.

3.7 PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA RELATIVAS À PATRULHA ESCOLAR.

1. Como o Senhor (a) vê o serviço prestado pela Patrulha Escolar?

Desta pergunta os Diretores responderam em sua maioria que o trabalho da Patrulha Escolar é importante e o acham indispensável. Os motivos são muitos, com ênfase na repressão da violência, em virtude do respeito imposto pela presença de um Policial Militar.

2. Quais os requisitos que o Senhor (a) considera necessários para o Policial Militar que atua junto a Comunidade Escolar?

Os Diretores foram unânimes em afirmar que o principal requisito seria a qualificação profissional, dando especial destaque também ao equilíbrio emocional. Citaram, ainda, a educação, responsabilidade, atenção e conhecimento das fases pré-adolescente e adolescente, além de mais diálogo com a comunidade escolar.

3. O Senhor (a) acha que os Policiais-Militares que trabalham na Patrulha Escolar têm desenvoltura e preparo para lidar com a Comunidade Escolar?

Grande parte dos entrevistados acreditam que o Policial-Militar não possui desenvoltura suficiente para lidar com a Comunidade Escolar e sugeriram uma melhor capacitação deste Policial-Militar.

4. O Senhor (a) considera importante o Policial-Militar identificar a rotina dos alunos da escola, dentro e fora dela?

Todos os entrevistados responderam que sim.

5. O Senhor acredita que o Policial-Militar deveria conhecer a rotina da Escola e os princípios gerais dela? (Horário de saída, entrada e intervalo)

Os entrevistados responderam que, caso o Policial conhecesse a rotina escolar, seria mais fácil este detectar os problemas.

6. É rotineira a preocupação dos Policiais-Militares em verificar com os professores, inspetores e zeladores como anda o comportamento dos alunos durante o período de aulas, bem como, verificando se haverá turmas que serão dispensadas mais cedo, etc.?

A totalidade dos entrevistados respondeu que raramente o Policial-Militar se mostra preocupado com estas questões.

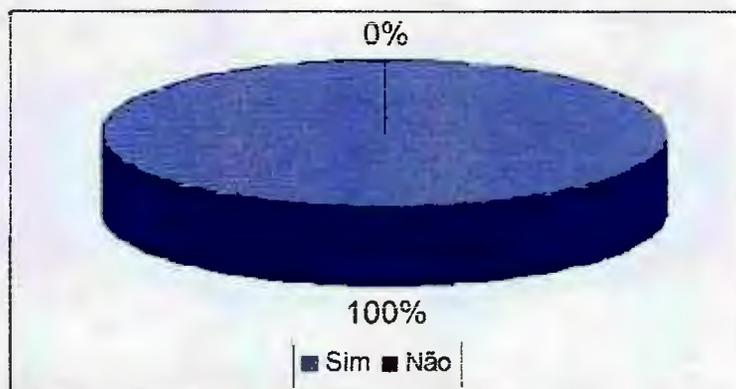
3.8 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA RELATIVAS À PATRULHA ESCOLAR

Foram enviados 82 questionários para professores de escolas públicas, cujo tempo de serviço varia entre 06 meses a 30 anos de profissão.

01 - Objetivo: Verificar, junto aos professores integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio sobre o papel do Policial Militar na redução da violência e do consumo/venda de drogas dentro e próximo às escolas.

100% Dos professores que responderam o questionário afirmaram que o Policial-Militar ajuda na redução.

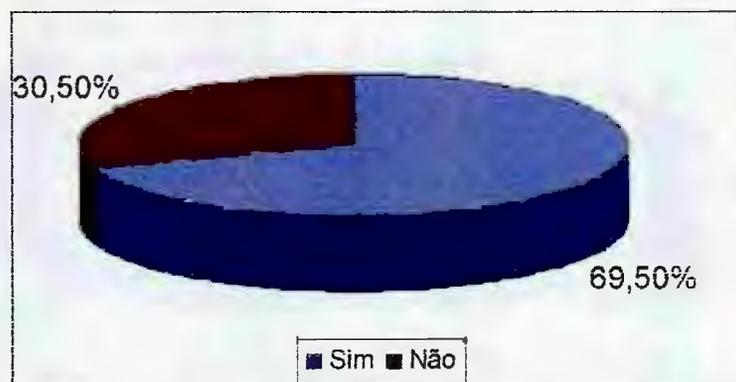
FIGURA 1 – Declaração dos professores de 2º grau de Escola Pública de Cascavel/PR, sobre a redução da violência e do consumo de drogas dentro e próximo às escolas. (Nov/2003)



02 - Objetivo: Verificar, com os professores integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, sobre o envolvimento de alunos no consumo de entorpecentes.

69,5% Dos professores que responderam o questionário, afirmaram que sim, sabem de alunos envolvidos e 30,5% responderam que não sabem.

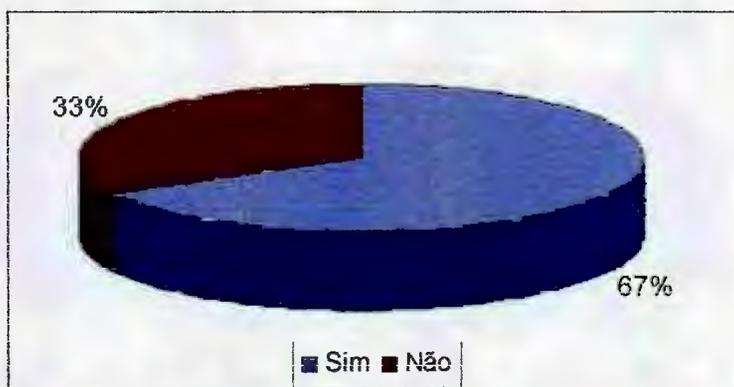
FIGURA 2 – Declaração dos professores do 2º grau de Escola Pública de Cascavel/PR, sobre o envolvimento de alunos no consumo de entorpecentes. (Nov/2003)



03 - Objetivo: Verificar, com os professores integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, sobre alunos vítimas de violência nas escolas.

67% Dos professores conhecem alunos vítimas de violência e 33% não conhecem.

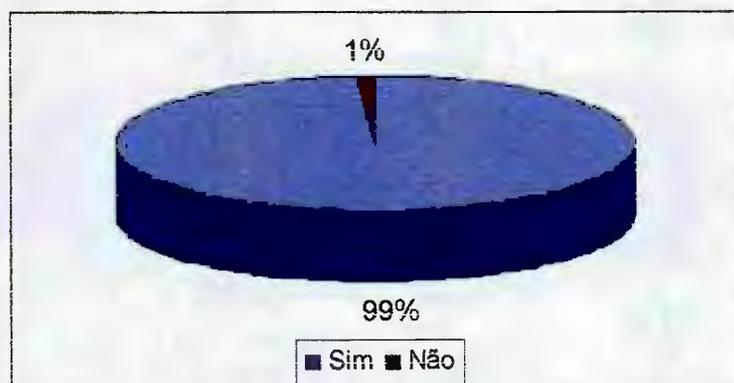
FIGURA 3 – Declaração dos professores do 2º grau de Escola Pública de Cascavel/PR, sobre conhecimento de alunos que sofreram algum tipo de violência na escola. (Nov/2003)



04 - Objetivo: Verificar, com os professores integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, se existe em sua escola a Patrulha Escolar.

99% Dos professores que responderam o questionário, afirmaram que sim e 1% afirmaram que não existe.

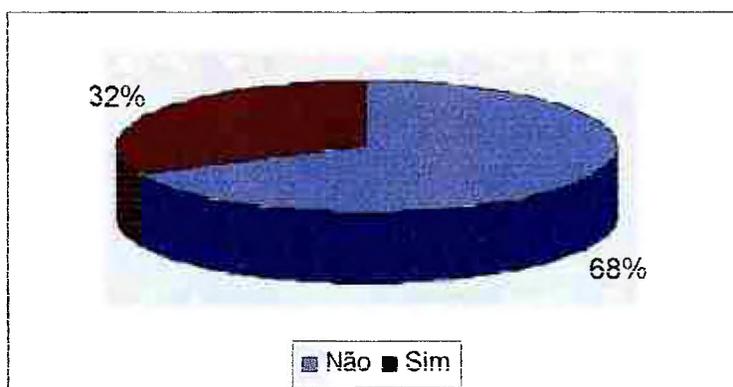
FIGURA 4 – Declaração dos professores do 2º grau de Escola Pública de Cascavel/PR, sobre existência de Patrulha Escolar na sua escola. (Nov/2003)



05 - Objetivo: Verificar, com os professores integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, sobre os Policiais-Militares.

68% Dos professores responderam que os Policiais-Militares não conversam com os professores, inspetores, zeladores a respeito dos problemas de segurança na escola e 32% responderam que sim.

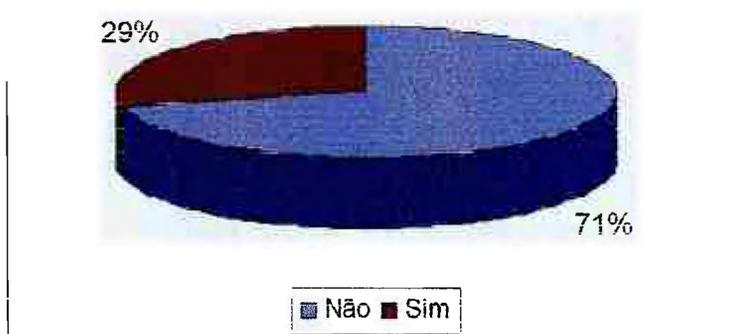
FIGURA 5 – Declaração dos professores do 2º grau de Escola Pública de Cascavel/PR, sobre o relacionamento dos policiais militares com os professores, inspetores, zeladores. (Nov/2003)



06 - Objetivo: Verificar, com os professores integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, sobre o perfil do Policial-Militar da Patrulha Escolar.

71% Dos professores acreditam que o perfil do Policial-Militar da Patrulha Escolar não é o almejado pelas escolas e apenas 29% dos professores acham que sim.

FIGURA 6 – Declaração dos professores do 2º grau de Escola Pública de Cascavel/PR, sobre o perfil do policial militar da Patrulha Escolar. (Nov/2003)



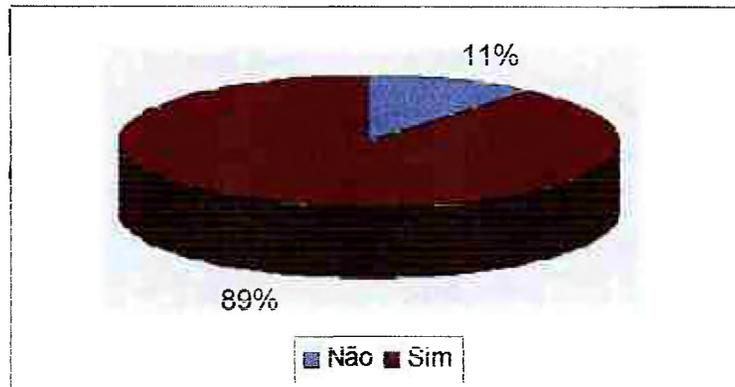
3.9 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE QUESTÕES DE SEGURANÇA A RESPEITO DA PATRULHA ESCOLAR

Foram enviados 400 questionários para alunos de escolas públicas, de idade variando entre 14 e 20 anos, sendo da 8ª série do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio.

01 - Objetivo: Verificar, com os alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, sobre o papel do Policial Militar na redução da violência e do consumo/venda de drogas dentro e próximo às escolas.

89% Dos alunos que responderam o questionário afirmaram que o Policial Militar ajuda na redução enquanto que 11% respondeu que não.

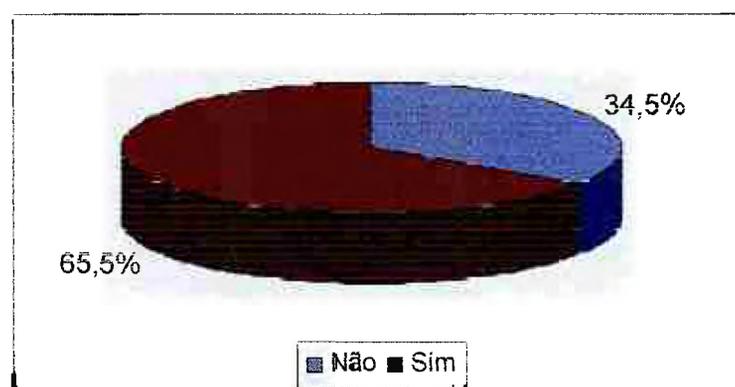
FIGURA 7 – Declaração dos alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio de Cascavel/PR, sobre a ajuda do policial militar na redução da violência e do consumo/venda de drogas. (Nov/2003)



02 - Objetivo: Verificar, com os alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, sobre o envolvimento de colegas no consumo de entorpecentes.

65,5% Dos alunos que responderam o questionário, afirmaram que sim, sabem de colegas envolvidos e 34,5% responderam que não sabem.

FIGURA 8 - Declaração dos alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio de Cascavel/PR, sobre o envolvimento de colegas no consumo de entorpecentes. (Nov/2003)



03 - Objetivo: Verificar, com os alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, sobre colegas vítimas de violência nas escolas.

74% Dos alunos têm colegas que foram vítimas de violência e 26% não têm.

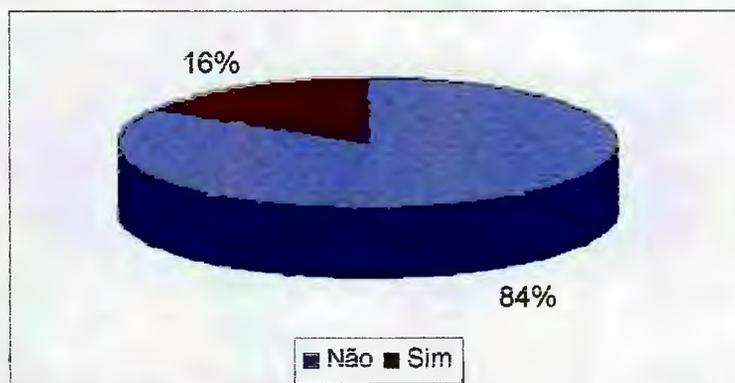
FIGURA 9 - Declaração dos alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio de Cascavel/PR, sobre colegas vítimas de violência nas escolas. (Nov/2003)



04 - Objetivo: Verificar, com os alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, se os Policiais-Militares da Patrulha Escolar procuram manter contato com a comunidade escolar.

16% Dos alunos que responderam o questionário, afirmaram que sim enquanto que 84% afirmaram que não mantêm contato.

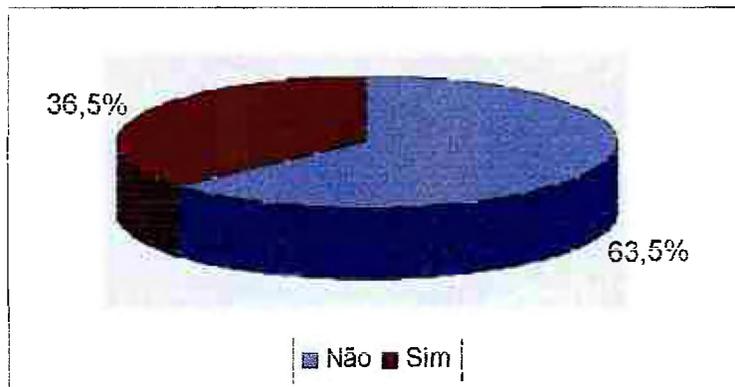
FIGURA 10 - Declaração dos alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio de Cascavel/PR, sobre se os policiais-militares da Patrulha Escolar procuram manter contato com a comunidade escolar. (Nov/2003)



05 - Objetivo: Verificar, com os alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio, se em situação de emergência o Policial-Militar é a primeira pessoa a ser procurado.

Espantosamente 63,5% dos alunos responderam que não procuram o Policial-Militar em primeiro lugar, sendo que somente 36,5% responderam que sim, o Policial Militar é a primeira pessoa procurada em caso de emergência.

FIGURA 11 - Declaração dos alunos integrantes das escolas da rede de ensino fundamental e médio de Cascavel/PR, sobre se em situação de emergência procuram primeiramente o policial militar. (Nov/2003)



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Policial-Militar deve ter equilíbrio emocional, coerência e boa educação. Apesar de termos vários Policiais muito bem preparados dentro da Corporação, vimos no decorrer deste trabalho técnico-científico que o Policial da Patrulha Escolar, não deve, em hipótese alguma, apresentar fragilidade física ou psicológica, não deve ser inseguro e sem auto-confiança, fatores de muita influência no desempenho do Policial perante a comunidade estudantil.

Dando amparo a esta afirmativa, temos os relatos dos Diretores de Escola, professores e alunos, que têm convivido diariamente com os Policiais-Militares que fazem parte da Patrulha Escolar

O objetivo deste estudo foi direcionado, fundamentalmente:

- Gerar dados para detectar a realidade, estudá-la para poder subsidiar ações que viabilizem a capacitação, treinamento e acompanhamento contínuo do Policial-Militar que atuará na Patrulha Escolar

É uma estratégia necessária para a PMPR porque, no teor do Questionário de Pesquisa realizada com os professores, bem se pode detectar que, o perfil dos policiais-militares da Patrulha Escolar não atende o almejado pelas escolas. O que enseja numa falta de confiança destes no serviço prestado pela PMPR em suas escolas.

Confirmando a resposta dos professores, temos no Questionário de Pesquisa realizada com alunos que, quando estão envolvidos com alguma situação de emergência, não é o Policial-Militar a quem eles procuram para dar assistência.

É uma estratégia necessária, possível, liminarmente acreditada e filosoficamente adequada porque se embasa na necessidade e no clamor da Comunidade Escolar.

No público-alvo trabalhado em pesquisa quantitativa, após o preenchimento dos questionários, foi constatado:

Referente aos Professores das Escolas do Ensino Fundamental e Médio, que: 100% afirmam que o Policial-Militar pode ajudar a reduzir a violência e o consumo e venda de drogas, dentro e próximo das escolas; 69,5% afirmam que

conhecem alunos envolvidos ou que já se envolveram no consumo de entorpecentes ou com criminalidade; 67% afirmam que conhecem alunos que foram vítimas de violência na escola; 89% afirmaram que existe o policiamento da Patrulha Escolar em sua escola; 68% afirmam que estes policiais-militares não interagem com os alunos, inspetores, zeladores e Diretores a respeito dos problemas de segurança por qual passa a escola; 71% consideram não adequado o perfil dos policiais-militares que atualmente atendem na Patrulha Escolar. Os professores relataram ainda que gostariam que o Policial-Militar estivesse mais presente dentro das escolas.

Referente aos Alunos das Escolas do Ensino Fundamental e Médio, que: 89% afirmam que o Policial-Militar pode ajudar a reduzir a violência e o consumo e venda de drogas, dentro e próximo das escolas; 65,5% afirmam que conhecem colegas envolvidos ou que já se envolveram no consumo de entorpecentes ou com criminalidade; 74% afirmam que conhecem colegas que foram vítimas de violência na escola; 84% afirmaram que o Policial da Patrulha Escolar em sua escola, não adentra em sala de aula para conversar com os alunos e professores, deixando assim de desenvolver um policiamento em parceria com a população escolar.

Referente aos Diretores das Escolas de Ensino Médio e Fundamental, que:

➤ Em entrevista, os Diretores vêem o serviço prestado pela Patrulha Escolar como um trabalho de suma importância para a segurança dos alunos e bom andamento da escola. A Patrulha Escolar contribui para uma educação de qualidade uma vez que zela pela tranquilidade.

➤ Acreditam que o Policial-Militar deva ter conhecimento das fases Pré-adolescente e adolescente dos alunos e também acreditam que exista uma necessidade de diálogo entre professores, policiais e alunos e devam desenvolver uma capacidade de ouvir, aconselhar, alertar, conciliar, intermediar e agir de forma firme e correta.

Estamos vivendo em uma época em que a Lei é branda com os marginais e transgressores de todos os níveis e severa com aqueles que têm por permissão fazer cumprir a Lei, e que neste afã vem a cometer alguma irregularidade. Os policiais da Patrulha Escolar devem ser íntegros, prontos e prestativos, atendendo sempre que solicitados com eficiência, pulso firme e atender imediatamente, sem medir esforços.

De que forma podemos preparar melhor nosso Policial-Militar para desenvolver um trabalho que vise prevenir e combater as principais causas de preocupação dos pais de alunos, como também os profissionais de educação, assim como toda a população em decorrência do aumento da violência causado a jovens e até a crianças em idade escolar?

Para atender a essas necessidades, precisamos urgentemente aprimorar nossos quadros através de uma especialização no sentido de desenvolver uma capacitação inerente ao discernimento para a resolução dos problemas da violência nas escolas.

Em qualquer profissão há necessidade de se capacitar seus empregados, porém é necessário também resgatar entre eles a dignidade pessoal, a auto-estima, principalmente do policial-militar que é colocado todos os dias nas ruas para manter a harmonia na sociedade que vive em conflito consigo mesma.

Em contra-partida, a sociedade encontrará policiais aplicados, interessados e orgulhosos de sua missão. Com tudo isso, quem lucraré é a população que terá uma polícia ativa, competente e profissional.

E como proposta final do presente estudo, sugere-se a criação de uma disciplina voltada a atividades de patrulhamento escolar nos cursos de formação da Corporação, pois assim sendo, os policiais-militares receberão, em aproximadamente 40 h/a fundamentos de Polícia Comunitária, Proerd e outros conceitos importantes para dar um bom atendimento a profissionais e alunos das escolas do Estado do Paraná.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Groppa, J. (1998) **A escola e as novas demandas sociais: as drogas como tema transversal**. IN Aquino, J. G. (org.). *Drogas na Escola: alternativas teóricas e práticas*, São Paulo, SUMUS editorial.

ARATANGY, Rosenberg, L. (1998) **O desafio da prevenção**. IN Aquino, J. G. (org.). *Drogas na Escola: alternativas teóricas e práticas*, São Paulo, SUMUS editorial.

BRASIL, **Política Nacional Antidrogas**, Brasília, Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas – 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Polícia Federal. Departamento de Polícia Federal. Academia Nacional de Polícia. **Entorpecentes e Drogas Afins**. Distrito Federal – Brasília: 1993, 62p.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para Apresentação de Trabalhos. 2 Teses, Dissertações e Trabalhos Acadêmicos**. 2.ed. Curitiba – Paraná: Editora UFPr., 1996, 23p.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 11.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1984, 1263p.

DIAS, Arildo Medeiros. **Projeto de Pesquisa sobre o “Jus Puniendi” do Estado e sua Reparação**. Curitiba – Paraná. Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, 1999, 23p. (trabalho de aluno).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1838 pp.

KNELLER, George F. **Introdução à Filosofia da Educação**. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, 133p.

ORGIS, Guido, Unesco revela o grau de violência que acontece dentro das escolas. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 11 nov. 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Trad. Por Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul: 2000, 192 pp.

RAMOS, Paula, S. (1997) **Prevenção, diagnóstico, abordagem e tratamento do envolvimento do adolescente com as drogas**. IN Fichtner, N. (org.). *Prevenção, Diagnósticos e Tratamentos dos Transtornos Mentais da Infância e da Adolescência – um enfoque desenvolvimental*. Porto Alegre, Artes Médicas.

TIBA, Içami. **Quem Ama, Educa**. 4.ed. São Paulo: Editora Gente, 2002. 302 pp.

TOZZI, D & Bouer, J. (1998) **Prevenção também se ensina?** IN Aquino, J. G. (org.). *Drogas na Escola: alternativas teóricas e práticas*, São Paulo, SUMUS editorial.

VASCONCELLOS, Moura, A. T. (1997), **A relação família, escola, comunidade**. IN Fichtner, N. (org.). **Prevenção, Diagnósticos e Tratamentos dos Transtornos Mentais da Infância e da Adolescência – um enfoque desenvolvimental**. Porto Alegre, Artes Médicas.

6 ANEXO - ANTEPROJETO

PROJETO DE PESQUISA – M^a Elisabete de Oliveira UFPR

Nome: ANTÔNIO ROBERTO DOS ANJOS PADILHA Objeto de estudo: Policiais Militares integrantes da Patrulha Escolar Contexto: A Patrulha Escolar está presente em todo o Estado, com a finalidade de estabelecer orientações e determinações visando padronizar procedimentos atinentes ao patrulhamento escolar. Título: O Perfil do Policial Militar Para a Patrulha Escolar		Situação problematizadora (descrever o cenário onde ocorre o problema, a situação conflitante: o que? Quem? Onde? Quando? Como? Porque?) Hoje os Policiais Militares que trabalham com a Patrulha Escolar não possuem nenhum tipo de treinamento ou instrução específica que os ajustem à esta finalidade.		
Problema de pesquisa? (questão que irá resolver, colocar em forma de pergunta?) O estabelecimento do perfil do policial militar integrante da Patrulha Escolar, bem como seu treinamento e preparo para estes fins, poderão trazer melhoria no serviço prestado às escolas?				
O ponto de vista que irá defender com solução do problema (tese, hipótese, resposta provisória, o que irá demonstrar? A razão do seu trabalho, justificar). - Os policiais militares que integram as Patrulhas Escolares devem ter um perfil apropriado a este tipo de policiamento. - A capacitação, treinamento e acompanhamento contínuo do policial que atuará na Patrulha Escolar fará com que o serviço prestado atinja elevados índices de aceitação e aprovação por parte de Diretores, Professores, Alunos e Funcionários das escolas paranaenses.				
Objetivo Geral (o que pretende alcançar com a pesquisa? Esclarecer? Entender? Subsidiar? Propor intervenção? Modelo? Normas? Diagnosticar?) Subsidiar a PMPR de parâmetros que estabeleça qual seria o perfil do policial militar para prestar serviço na Patrulha Escolar.				
Objetivos específicos: Ações para execução do trabalho, prever confronto de fontes de informação para enriquecer reflexão.	Metodologia: - Pesquisa documental e bibliográfica; - Percepções dos Diretores de Escolas, Professores e alunos, através de pesquisa de campo e entrevistas.	Resultados a serem obtidos:	Desenvolvimento: (Resultado: Relatar as informações tiradas da realidade estudada e suas validações); (Discussão: confrontar as fontes de informação).	Considerações Finais: Analisar o impacto da sua contribuição para solução do problema e situar o significado para a tese e os objetivos pretendidos. Proposta? Recomendações?
- Retratar a realidade; - Caracterizar Patrulha Escolar; - Caracterizar o Proerd; - caracterizar o projeto Patrulha Escolar III; - Estabelecer critérios básicos de seleção e treinamento para os integrantes das equipes de execução da Patrulha Escolar;	- Será realizada entrevista junto a Diretores de estabelecimentos de ensino, bem como pesquisa junto a professores e alunos para saber da realidade do Patrulhamento escolar no Estado do Paraná.	- Como é realizado hoje o Patrulhamento Escolar? - Como atuam os policiais aplicados no patrulhamento escolar? - Pesquisar junto aos estabelecimentos, através de entrevistas e questionários.	-	Avaliação: 1. O problema pesquisado e a hipótese de trabalho estão claros e delimitados? 2. Reúne informações suficientes e pertinentes? 3. A metodologia está articulada com o problema de pesquisa? 4. A metodologia e a tese que defende estão sustentadas pela teoria? 5. Confronta as fontes de informação? 6. Toma posição e formula juízo crítico? 7. Até que ponto consegue colocação original superando a pura retomada de texto dos autores? 8. Recômina novas pesquisas? 9. Segue as regras? 10. Atende as datas?
- Citar o embasamento legal para a criação e manutenção da Patrulha Escolar; - Estabelecer fatores de risco no uso de drogas na adolescência;	Revisão de Literatura: Posição oficial à respeito da questão estudada. Busca em livros clássicos, periódicos e base de dados (pressupostos, teorias, leis, comentários, análises, pareceres, propostas, encaminhamentos, testes, pesquisas, etc.)	- Qual o perfil adequado para o policial do Patrulhamento Escolar? - O que fazer para melhorar este tipo de atividade? - Verificar características do Proerd que possam subsidiar o Patrulhamento Escolar.	-	
- Realizar entrevista junto a Diretores de Escolas; - Aplicar questionários junto a professores e alunos da rede de ensino;	Simulação da realidade	- Como funciona hoje o Patrulhamento Escolar? Serão coletadas opiniões quanto ao policiamento existente, junto às escolas.	-	